



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

SOBRE A SITUAÇÃO DOS APOSENTADOS EM PORTUGAL

Boa tarde. Em nome da FENPROF e em meu nome pessoal agradeço o convite que nos foi dirigido.

Algumas notas sobre a situação dos aposentados e a situação política em Portugal:

1. A idade estabelecida para a aposentação em Portugal, atualmente, é de 66 anos e 4 meses (vai variando em função da “esperança de vida”), e com 40 anos de descontos para a Segurança Social. A CGTP – a federação sindical mais representativa dos trabalhadores portugueses - defende a aposentação aos 40 anos de descontos, independentemente da idade. E luta por conseguir que o direito à aposentação por inteiro seja aos 65 anos. Para os professores e educadores, a FENPROF defende transitoriamente a posição da CGTP, mas considera que o direito à aposentação sem penalização deverá ser antecipada para os 36 anos de serviço.

2. Tal como os salários, o valor das pensões para a maioria dos trabalhadores, em Portugal é baixo, situando-se, para os salários mais baixos, isto é, para a generalidade dos trabalhadores, à volta dos 600 euros mensais líquidos. Ou seja: um largo conjunto de aposentados vive com pensões muito próximas ou mesmo abaixo do salário mínimo, que em Portugal é de 760 euros.

Face à subida dos preços nos últimos anos, o governo tem procedido a pequenos aumentos “extra” para as pensões mais baixas, o que não impede que boa parte dos aposentados se encontre no limiar da pobreza. A situação frequente de precariedade e desemprego têm óbvios reflexos no valor das pensões. Inclusive para a classe docente.

No caso dos professores e educadores, para a pensão completa, e tendo chegado ao topo da carreira docente, o que atualmente é quase impossível, o valor da aposentação para os docentes do ensino superior situa-se à volta dos 2 000 euros líquidos. Mas note-se que a maioria dos docentes recebe uma pensão inferior (1500-1800 euros) porque se aposenta antes de atingir o topo da carreira docente. Os professores do ensino superior têm pensões mais elevadas.

2. Os sindicatos que compõem a FENPROF têm procurado manter como sócios os professores e educadores que, tendo-se sindicalizado enquanto docentes no ativo, entram na situação de aposentados. Ao fazê-lo permitem que eles se mantenham ligados a uma profissão a que dedicaram boa parte das suas vidas e a uma Escola Pública que, após a revolução de Abril de 1974, eles construíram de raiz. Por isso, é frequente, face à degradação atual do sistema educativo, a presença um número significativo de docentes aposentados nas manifestações e formas de luta dos professores no ativo.

O peso dos aposentados no total de sócios nos sindicatos da FENPROF varia bastante. No SPGL (zona de Lisboa), em cerca de 14000 sócios, cerca de 2000 são aposentados.

Mas deve também dizer-se que o contributo financeiro destes docentes aposentados, mesmo que pagando uma quota mais reduzida, ajuda a sustentar os sindicatos, confrontados com uma forte quebra de taxa de sindicalização, que também se verifica na classe docente.

3. Os departamentos de aposentados dos sindicatos que integram a FENPROF elaboram as suas atividades respondendo aos interesses dos seus associados. A título de exemplo, o sindicato a que eu pertenço, o SPGL, concretizou um projeto chamado “O meu livro quer outro livro”. Pensado originalmente como momento de troca de livros entre os presentes, e de apresentação e discussão sobre livros que a cada um tivessem particularmente agradado, a iniciativa alargou-se a convites a escritores para apresentações das suas obras. A iniciativa tem tido sucesso, traduzido na participação de um número significativo de professores quer aposentados quer no ativo. Uma outra iniciativa que teve boa aceitação foi o desafio de que os aposentados escrevessem pequenos textos sobre as suas vivências como professores, coletâneas de que se fizeram pequenas edições, com o título sugestivo de “Memórias”.

Por sua vez, o sindicato da Madeira (SPM) apostou na criação e apoio da “universidade sénior” e o sindicato do Norte (SPN) tem vindo a desenvolver iniciativas ligadas aos momentos de resistência contra a ditadura, etc.

São iniciativas que sustentam o convívio entre os aposentados, alguns já com idade avançada, a que deve acrescentar-se a organização de passeios e viagens e outras iniciativas culturais, tentando assim responder ao princípio de um envelhecimento ativo.

4. Entre as reivindicações que os professores aposentados têm apresentado, além da luta pela valorização do valor das pensões, que defendemos devem tendencialmente estar equiparadas aos vencimentos dos professores no ativo, sublinha-se a exigência da formação de médicos especializados em gerontologia e a sua colocação nos serviços de saúde de proximidade e nos hospitais centrais. Mas também o desenvolvimento de mecanismos de apoio domiciliário nas áreas social, médica e enfermagem, prestados por enfermeiros ou cuidadores devidamente remunerados e de qualidade assegurada. Campo em que, apesar de alguns avanços, a resposta é ainda muito insuficiente. Estas reivindicações tornam-se particularmente importantes (mas difíceis de obter) face à crise acentuada que o Serviço Nacional de Saúde português está a atravessar, devido ao permanente fraco investimento orçamental e à carência de médicos e enfermeiros atraídos por hospitais privados e pela imigração onde auferem melhores salários. Para os professores, a existência de um “seguro público”, apenas acessível aos funcionários públicos, facultativo, mediante o pagamento de 3,5% do salário (ou pensão) - a ADSE -, e com a qual boa parte da medicina privada tem protocolos, atenua esta crise do SNS possibilitando o acesso dos funcionários públicos aderentes à ADSE, incluindo os aposentados, em condições favoráveis, à medicina privada. A defesa da sustentabilidade da ADSE é também uma reivindicação dos docentes aposentados.

Apesar do seu elevado número e das especificidades da sua situação, as organizações representativas dos aposentados não têm reconhecimento oficial no campo sociopolítico, sendo esse também um campo de luta dos aposentados.

5. Os sindicatos da FENPROF (mas não só) possibilitam também condições mais favoráveis de adesão a outras seguradoras, entra as quais a MGEN que vós conheceis bem. Sobre a MGEN diga-se que a sua entrada em Portugal se fez através do SPGL e de outros sindicatos de professores. Os professores que tenham ADSE têm um custo mais baixo na

mensalidade paga à MGEN. A adesão não foi a esperada, e posteriormente a MGEN alargou-se a outros setores profissionais e mesmo à população em geral. Uma prestigiada associação de consumidores portuguesa, a DECO, considera a MGEN a melhor seguradora no campo de seguros da saúde, mas a sua implantação entre os professores não melhorou. E os custos para os associados não param de crescer.

6. Algumas notas sobre a situação do ensino em Portugal:

Após a revolução de 1974, Portugal conseguiu recuperar do enorme atraso a que a ditadura condenara a educação, recuperação para que os professores, e nomeadamente os seus sindicatos, contribuíram de forma decisiva. Portugal apresenta hoje números semelhantes aos mais desenvolvidos da Europa no que respeita a taxas de frequência e de sucesso escolares, encontrando-se atualmente empenhado na universalidade do acesso aos jardins de infância e no alargamento de acesso ao ensino superior. Contudo, a situação atualmente é de grave crise no sistema educativo de que a falta de professores é o reflexo mais marcante. Nos últimos anos, o número de docentes que se aposenta ou abandona a profissão é muito superior aos que são formados para a docência. Pode constatar-se que os alunos com melhores notas no ensino secundário não se candidatam a cursos para a docência e que raramente são preenchidas todas as vagas abertas para a entrada nesses cursos. Face à falta de docentes profissionalizados, há hoje o recurso a licenciados não profissionalizados para a docência. Esta situação tende a agravar-se nos próximos anos. Desde 2005 que tem vindo a ser desvalorizada a carreira docente, tornando-se a profissão docente nada atrativa. E se junto da população, graças ao empenho e profissionalismo da maioria dos professores, os professores ainda têm uma imagem positiva – que justifica, por exemplo, o apoio de boa parte da população à intensa luta que os professores têm vindo a desenvolver nos anos mais recentes – há que reconhecer que não tem havido da parte dos governos o financiamento necessário à qualidade da Escola e à dignificação da profissão docente. A FENPROF tem sistematicamente reivindicado 6% do PIB para a Educação, mas a taxa raramente tem ultrapassado os 3%.

Em síntese: a saúde e a educação atravessam grave crise após os quase 50 anos da Revolução dos Cravos, sendo particularmente intenso o crescimento da medicina privada, com custos inacessíveis para a maioria da população. Na educação, o setor privado tem ganho algum espaço, mas ainda é relativamente fraco.

A Segurança Social mantém-se pública, economicamente sólida e tem resistido às várias tentativas dos partidos da direita para a sua privatização, mesmo que parcial. Mas é objeto de cobiça por parte de muitos fundos ditos de investimento. Nesta matéria, a posição do governo do PS tem sido adequada aos interesses da população.

Politicamente, Portugal viveu entre 2016 e 2022 com um governo de “entendimento” parlamentar entre o Partido Socialista e dois partidos mais à esquerda: o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda. Tal situação permitiu afastar a direita do poder, que ocupava desde 2011. Sem ter introduzido alterações substanciais foi, contudo, um período de melhoria das condições de vida para os trabalhadores, de melhorias na legislação laboral, e de apoio às populações mais pobres. Mas do ponto de vista eleitoral, quer o PCP quer o BE saíram posteriormente fragilizados. E nas recentes eleições de janeiro de 2023, provocadas pela não aprovação do OE 2023, o PS obteve uma maioria absoluta, os partidos da esquerda tiveram resultados muito fracos e dois partidos de extrema-direita (CHEGA e IL) subiram

muito as suas votações. A direita tradicional, democrática, divide-se entre quem aceita a participação da extrema-direita (o CHEGA) em futuros governos e os que a tal se opõem... ⁽¹⁾

Tal como um pouco por todo o mundo, o movimento sindical português está enfraquecido e atravessa dificuldades de sindicalização, sendo que a sua maior força reside no setor da administração pública, nomeadamente no setor do ensino. Mas ele é ainda quem resiste às tentativas de uma direita cada vez mais agressiva, antissocial, de um radicalizado neoliberalismo, apostada em limitar os direitos sociais a meros formalismos legislativos e a facilitar o domínio económico, social e cultural dos grandes poderes económicos transnacionais. O que não deixaria de agudizar a situação dos aposentados.

Termino afirmando convictamente que, apesar dos tempos cinzentos que estamos a atravessar, o movimento sindical conseguirá fortalecer-se para, em conjunto com outras forças sociais e políticas, sermos capaz de travar a derrapagem para a extrema-direita, por vezes de cariz fascizante que se vai propagando por esse mundo fora.

António Avelãs

⁽¹⁾ Posteriormente, como é do conhecimento de todos, devido à abertura de um processo- crime contra o primeiro ministro, por razões ainda nada claras, o governo demitiu-se, mergulhando o país numa grave crise política e institucional, com novas eleições antecipadas.